



ADMINISTRAÇÃO COMO CIÊNCIA E TAYLOR COMO MITO FUNDADOR

MANAGEMENT AS SCIENCE AND TAYLOR AS FOUNDING MYTH

Recebido em 09.06.2020 Aprovado em 14.06.2020

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i3.43049>

Ricardo Vinicius C. dos Santos e Carvalho

rvccarvalho@gmail.com

Banco Central do Brasil – Belo Horizonte/MG, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0553-7785>

Resumo

O presente ensaio discute a narrativa do administrador-herói que teria como mito fundador a figura de Taylor, tanto para a administração como ciência positiva quanto para o administrador-cientista como seu superagente. Discute-se essa narrativa a partir da natureza do mito e da figura do herói como mitologema de Taylor, dentro de um contexto mais amplo de dogmatização e mitificação da ciência moderna, conforme discutido pelas perspectivas Críticas da Administração. A partir disso, apresenta-se como livros-textos tradicionais de administração reproduzem essa mitologia, dificultando a construção de uma linguagem crítica em administração.

Palavras-chave: Administração. Mito. Ciência. Taylorismo.

Abstract

This theoretical essay discusses the narrative of the manager as a hero whose founding myth is Taylor, both for management as a positive science and for the administrator-scientist as his super-agent. This narrative is discussed based on the nature of the myth and the hero figure as Taylor's mythology within a broader context of dogmatization and mythification of modern science, as discussed by Critical perspectives on Management. Following their analysis, we show how traditional management textbooks reproduce this mythology, bringing difficulties to build a critical management language in the field.

Keywords: Management. Myth. Science. Taylorism.

Introdução

O mundo do business é repleto de narrativas que enaltecem uma figura central, mística, do homem (sempre um homem e não uma mulher, diga-se) capaz de moldar a realidade, convencer pessoas, de tocá-las, de transformá-las em prol de um objetivo comum, racional, eficiente (FARIA, 2007). Este mito, do administrador como uma espécie de Midas que converte em ouro tudo o que toca, que gera valor, riqueza, que traz ordem para o caos, já é bastante conhecido e criticado nos estudos organizacionais como uma ideologia do pop management (PAES DE PAULA, & WOOD JR., 2002). Uma ideologia que, segundo Gaulejac (2007), expandiu-se sobre todas as esferas do mundo social, como um pernicioso culto ao poder gerencial, à produtividade e ao desempenho. Essa visão ajudou a criar uma nova mitologia, uma imagem de mundo (Weltbild) curiosa, a do mundo-administração, onde todas as mudanças são realizadas pelo administrador-herói. Como na visão idealizada por Kanitz (2015, p.xviii), que diz que as alternativas de esquerda e de direita de transformar o mundo falharam porque não são alternativas formadas nessa ciência, “se você é jovem e quer mudar o mundo”, ele afirma, “aprenda a ser administrador ou complemente o seu curso profissional com um MBA”. Simples assim. Direto e reducionista como qualquer mito.

O ponto chave discutido neste ensaio teórico é o de que esta narrativa do administrador-herói teria como mito fundador a figura de Taylor, o herói que cria a um só tempo a administração como ciência positiva e o administrador-cientista como seu superagente. Taylor vem sendo construído, no discurso científico ortodoxo da administração, como o mito que sintetiza essa fusão de prático-administrador-cientista. Como mitologia, vemos a Administração recriar indefinidamente o conto do eterno retorno a Taylor, em seus principais livros-texto, e assim fazer do management a maior ciência de todas, pois para os difusores dessa mitologia, a Administração – como toda narrativa épica – é grandiloquente, e “fornece às demais ciências todos os meios necessários para que possam ajudar as pessoas a receberem os benefícios de suas descobertas, pesquisas e invenções. Ela está sendo a ciência das ciências” (CHIAVENATO, 2006, p.42).

O objetivo do artigo é, portanto, discutir a constituição deste mito fundador da Administração que, supostamente, inaugura tanto a Administração como ciência quanto impulsiona o administrador como figura central da narrativa organizacional. Discute-se também essa mitologia de Taylor dentro de um contexto mais amplo de dogmatização e mitificação da ciência moderna. Para realizar essa reflexão, valemo-nos, principalmente, de: i) Coupe (2009), Campbell (2004), Segal (2004), Armstrong (2005), Mills (2003), Campbell, Moyers e Flowers (1990) e Jung & Kérenyi (1972) para discutir a natureza do mito e do herói como mitologema; ii) de Chauí (2001) para compreendermos o que é um mito fundador; iii) de trechos de livros-textos tradicionais de administração que apontam Taylor como herói e mito-fundador, principalmente com Williams (2017), Bateman e Snell (2015), Chiavenato (2014), Griffin, (2013), Koontz e Weihrich (2012), Daft e Marcic (2009), Daft (2008), Kreitner (2008) e Drucker (2000), contrapostos à crítica posta por Harding (2003) sobre esse tipo de narrativa; e, por fim, iii) da crítica feita por Boaventura de Sousa Santos (1989, 2002) sobre a dogmatização da ciência moderna, transformada em si mesma num mito, e de Jürgen Habermas (2001) sobre a linguagem científica comum ser algo diferente dessa narrativa mítica taylorista de pretensões universais.

Mitos fundadores e Ciência

É difícil precisar quando nasce uma ciência. Na verdade, é difícil precisar o nascimento de qualquer evidência natural ou social. Disputa-se a origem do universo e da vida em debates sobre Big Bang e nascituros. Talvez por isso, mesmo diante de avanços tecnológicos dos mais extraordinários, e de debates filosóficos e científicos aprofundados, ainda recorramos a narrativas fantásticas e a alegorias metafóricas para conceber o momento de fundação dos fenômenos, como vemos em Ruggles (2005). O poder simbólico da criação, das gênesis, da cosmogonia, exerce sobre nós um fascínio, sendo algo que perpassa muitas culturas e sociedades, presentes tanto em povos antigos como contemporâneos (HARD, 2020; DIOP, 2019; FREEMAN, 2017; MAURIZIO, 2016; ARMSTRONG, 2005; HOOKE, 1968; LEACH,

1967). Essas narrativas, comumente associadas à ideia do mito, que seria tanto uma “história tradicional que fala de questões de grande preocupação social e religiosa” (MILLS, 2003, p.1), quanto uma forma de conhecer o mundo ou mesmo um elemento fundamental da psique humana (JUNG & KÉRENYI, 1972), estão impregnadas na sociedade. A busca por uma origem ocupa, portanto, um lugar diferenciado na humanidade, tanto na ciência quanto no senso comum, e hoje está novamente em destaque dado o resgate da figura mítica na sociedade contemporânea.

Em um mundo marcado pela pós-verdade (SIM, 2019; BLOCK, 2019; MCINTYRE, 2018), mito e ciência voltam a se confrontar como há muito tempo não se via, disputando origens e razões para os problemas atuais. Por um lado, a própria ciência fora criticada por ter se tornado uma narrativa mítica unidimensional do progresso, como postularam Adorno e Horkheimer (1985) e Marcuse (1973), sem espaço para questionamentos epistemológicos mais profundos. Por outro, tem-se os chamados mitos da Modernidade Viral – na expressão de Besley, Peters e Rider (2018), onde a real e o virtual se fundem na intensa difusão informativa das tecnologias em rede –, que conferiram às *fake news*, aos memes de redes sociais e às teorias conspiracionistas, o novo status científico do mundo, a sua nova verdade, representando uma afronta à ciência e à própria estabilidade social (SUNSTEIN, 2017; GALLEGO, 2019). A força – e o perigo – deste fenômeno é tanta que se debate hoje, como Pinker (2018), a necessidade do urgente retorno ao iluminismo e do enfrentamento às novas mitologias. Compreender o que é o mito e sua razão fundadora, por conseguinte, passa a ser fundamental para entender a nossa época e sua própria origem. E a Administração, como ciência, arte ou prática, não escapa deste debate.

Mas o que é o mito? O mito, conforme indica o seminal trabalho de Jung e Kérenyi (1972), é um conceito paradoxal porque é ao mesmo tempo complexo no sentido e simples na exposição, e que apesar de vago – e por vezes, até sem sentido claro – é amplamente difundido nas sociedades de diversas épocas, considerado um elemento-chave das culturas e mesmo da linguagem (LÉVI-STRAUSS, 1978). Trata-se, conforme a maioria dos estudiosos pontua, de uma história usada para descrever uma realidade, repleta de significados, mas que não tem preocupação de ser concreta, verificável, daí poder ser tomada, em sentido mais amplo, como uma crença genérica ou uma mera alegoria, que embasa lendas e religiões (HARD, 2020; KIRKE, 2019; MAURIZIO, 2016; ARMSTRONG, 2005; SEGAL, 2004; CAMPBELL, 2004). Mais do que isso, o mito não se preocupa com a verdade no sentido positivista, falseável. Segundo Armstrong (2005), o sentido de verdade que ele carrega é outro, ele é verdadeiro porque é eficaz em sua difusão esquivando-se das críticas, e não porque as rebate e assim as sobrepõe – tal qual os memes das redes sociais de hoje. Conforme destaca Coupe (2009), o mito, como história, narrativa e relato sobre o mundo, pode ser compreendido em três pilares: paradigma, perfeição ou possibilidade. Como paradigma, ele vai além dessa visão de falsa explicação do mundo e pode ser visto como modelo de interpretação do mundo, servindo de norte para a conduta humana. Como perfeição, ele endereça aspirações a pretensas virtudes morais sobre o mundo. E, como possibilidade, ancora as esperanças de um povo, de uma época, de uma cultura. Esses três fatores são facilmente identificáveis em muitas das narrativas religiosas, que moldam um olhar sobre a realidade vivida, espelham uma esperança de uma outra realidade (outro mundo), e situam valores a serem perseguidos em um ideal de perfeição que coteja o outro mundo, divino, com este mundo concreto, vivido.

Só que o mito vai além da narrativa. “Ao falarmos em mito”, diz-nos Chauí (2001, p.5), falamos “não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade”, que é originalmente o significado da palavra grega *mythos*. Falamos também em um segundo sentido, antropológico, “no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”. É interessante perceber como essa ideia de solução imaginária do mito alcança a contemporaneidade revitalizada. O mito agora, na dinâmica das redes sociais brasileiras, por exemplo, é verbo: mitar. Esse neologismo, conforme discutem Valadares e Moura (2016), denota toda pessoa que comenta algo emblematicamente, com grande repercussão e amplo compartilhamento nas redes. Ou seja, o mito não é apenas a solução imaginária, mas a capacidade de perpetuar comentários indefinidamente na Modernidade Viral, supostamente

encerrando discussões e dizendo verdades que poucos ousariam dizer (BESLEY, PETERS & RIDER, 2018; GALLEGO, 2019). Mitar no mundo contemporâneo é, portanto, criar novas formas de falseamento do mundo e torná-las universais, inquestionáveis no mundo virtual. Na definição de Cosentino (2020, p.19), esse é o nosso novo processo mitológico, em que “as mitologias da sociedade em rede são as narrativas políticas ficcionais, os contos populares da Internet, os trotes [hoaxes], as teorias da conspiração e as outras formas de contar histórias na pós-verdade circulando on-line”.

Apesar de sua novidade virtual, a grande dificuldade da mitologia da Modernidade Viral é a mesma do mito tradicional, ou seja, pretender solucionar tensões sem refletir criticamente sobre elas, pois o “mito não se justifica, não se fundamenta, portanto, não se presta ao questionamento, à crítica ou à correção” (MARCONDES, 2001, p.20). Foi justamente essa capacidade do mito de ser contraditoriamente irresoluto que Fernando Pessoa (2006, p.16) expressou tão belamente na poesia *Ulisses*. Pessoa, ele próprio desejoso de ser um criador de mitos, nos diz que o mito nada é, ou melhor, o “mito é o nada que é tudo”, é a narrativa totalizadora que nada explica, mas que conforta por fingir explicar. O mito é o “não ser existindo” mas que “sem existir nos bastou”. Ou seja, mito é a história consagrada que nunca aconteceu, o herói enaltecido que nunca existiu, a divindade amada que nunca se fez presente. São as figuras repletas de sentido mas que, de fato, são vazias, porque podem ter qualquer sentido. E quem almeja todos os sentidos, não tem sentido algum. Assim são também as figuras científicas propaladas e aceitas como geniais, inovadoras, pioneiras, que nada disso o foram (BROAD & WADE, 1983; WREGE & GREENWOOD, 1991). Ou as figuras políticas que, apesar de décadas de total improdutividade política, ascendem aos postos mais centrais do mundo político como messias e heróis, e ganham a alcunha de personificação do mito, como no caso recente de Jair Bolsonaro no Brasil (OYAMA, 2020; GHIRALDELLI JR., 2019; CARVALHO, 2019; GALLEGO, 2019; MESSENERG, 2019).

Nesse esforço narrativo e antropológico, que não é novo, uma categoria especial de mito chama a atenção. A ideia do mito fundador. Na lição de Chauí (2001, p.5), um “mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Nessa leitura de mito fundador, proposta por Chauí (2001, p.5), duas questões emergem: i) como *fundatio*, esse mito “impõe um vínculo interno com o passado como origem”; e, ii) como subjetividade, “falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela”. São muitos os exemplos de mitos-fundadores na história e nas diversas culturas, dentre os mais conhecidos os vinculados à religiosidade e à criação do mundo, como Adão e Eva (Cristandade), Pan Ku (China) e Oxalá (Umbanda), apenas para citar alguns, mas também os relacionados à formação dos povos e cidades, como os de Rômulo e Remo (Roma), Kyi, Shchek, Khoryv e Lybid (Kiev). Existe, portanto, uma literatura recente que busca recuperar a discussão dos mitos fundadores na origem e formação identitária dos povos, como Nakba – a grande tragédia – para a origem da Palestina (WEBMAN, 2009), o mito de Kosovo como representação criadora político-cultural da Albânia (ÓBUCINA, 2011), a pretensa unidade nacional na Espanha (GARZÓN, 2001), ou a influência dos vários mitos europeus na constituição da própria União Europeia (LÄHDESMÄKI, 2019). A partir disso, vemos uma análise política e sociológica do mito-fundador em diversos contextos, extrapolando até mesmo a noção de uma figura personificada do mito, com conceitos, lugares ou mesmo grandes fenômenos sociais cumprindo o seu papel. Esse é o caso do golpe militar na formação da Turquia contemporânea (CHUDZIAK, 2017), da formação das FARC no mito da República de Marquetalia (OLAVE, 2013), ou até de questões mais abstratas, como a formação da noção de competência no ideário neoclássico (JIMENEZ-CASTILLO, 2016) e o mito da formação cristã da América, identificado no avanço do conservadorismo religioso nos EUA, como discutido por Seidl (2019), Hall (2019) e Green (2015).

Essa conexão dada pelo mito fundador, da origem das coisas com a realidade atual é de grande importância na análise social. Em diversas culturas, conforme o clássico trabalho de Mircea Eliade (1959, p.18) discute, o poder das coisas advém da própria origem que elas têm, do seu nascimento. Disso decorre

a ideia de que “toda criação repete o ato cosmogônico preeminente, a Criação do mundo”, ou seja, para compreender qualquer coisa tenho primeiro que saber como algo nasce, seja a Terra, a Ciência ou os objetos. Recorre-se, assim, a uma narrativa que traduza a importância do nascimento das coisas, usualmente ancorada na dualidade criador/criatura. Assim, a relevância da coisa criada advém da importância de quem a constituiu inicialmente, e desse modo, em última instância, a própria origem do homem é relevante porque advém diretamente de Deus em várias cosmogonias (RUGGLES, 2005). Dessa forma, extensivamente, tem-se a necessidade de se alcançar um criador para entender a relevância da criação. No raciocínio administrativo do *mainstream*, por exemplo, a relevância do criador recorre à figura emblemática de Taylor, como veremos mais à frente.

Conforme apontam Hard (2020), Kirke (2019), Maurizio (2016), Segal (2004) e Campbell (2004), o estudo sociológico e antropológico permitiu inferir que, apesar de se encontrar tão disperso teórica e historicamente, os mitos usualmente são formados por elementos-chave que se repetem, em cada época e lugar, com novas caracterizações e elementos coadjuvantes. Nesse sentido, um conceito importante, e que remete à dualidade criador/criatura reforçada nos mitos fundadores, é o do mitologema, um elemento mínimo da mitologia, cheio de significados, e que serve de base para a interpretação mitológica (HANSEN, 2007; MILLS, 2003; JUNG & KÉRENYI, 1972). Um desses mitologemas é a figura do herói, em especial, a figura do herói em luta contra o caos. Umberto Eco (1984) faz uma leitura de como essa personagem se encontra presente de Hércules ao Super-Homem, na verdade, esse sendo nada mais que uma releitura consumerista do primeiro, sempre como alguém que representa as aspirações humanas de superar o caos, as trevas, as angústias com poderes sobrenaturais, inexplicáveis, e ao mesmo tempo, tendo um lado demasiadamente humano, falível, vulnerável. Essa é uma análise que ecoa em estudos mais recentes, acadêmicos ou não, como em Dudenhoeffer (2017) e Nevins (2017), embora autores como Saunders (2013) entendam que a interpretação de Eco seja mais dominada pela ideia de propaganda capitalista da indústria cultural estadunidense que de mitologia heroica universal.

A universalidade do mitologema está na sua capacidade de representar as dualidades básicas da angústia existencial. Como diz Rosenberg (2013, p.17), em sua análise psicológica dos super-heróis, a fantasia base é a de que os super-heróis – ainda mais que os heróis –, “simultaneamente são como nós e não são como nós”, ou seja, eles representam a essência do dilema de ser ou não ser, de bem e mal, de humilhação e redenção, de possível e impossível. A mitologia é, portanto, fundada por essas dualidades reducionistas e opostas, como cosmos e caos, heróis e monstros, deuses e humanos, paraíso e inferno, anjos e demônios. “Se estas polaridades são expressas em termos de sagrado e profano [...] ou nas concepções de herói e monstro das águas”, afirma Mills (2003, p.168), “eles parecem as bases para a cosmovisão pré-científica”. Existe, portanto, um maniqueísmo na mitologia que é bastante comum às cosmogonias, a divisão do mundo entre o bem e o mal em que o herói escolhe o bem para vencer o mal. A ciência moderna, porém, também não se furta desse maniqueísmo e dessa dualidade em algumas análises. Para uma leitura crítica, inclusive dos estudos organizacionais, a ciência moderna é também fundada em oposições como esta, no que Chia (1997) chama de uma ontologia do ser em detrimento de uma ontologia do transformar-se ou do tornar-se. A ciência moderna – e a administração funcional-estruturalista-positivista – concebe a realidade também como dualidades: administrador/empregado, capital/trabalho, eficiência/ineficiência, empresa/indivíduo, ordem/desordem etc. São concepções limítrofes que a pós-modernidade teria vindo questionar, apresentando um mundo mais fluido, processual, cinzento e complexo que a racionalidade maniqueísta da Modernidade (MASTELLA & GODOI, 2017; CHAN, 2001; HASSARD, 1999; KNIGHTS, 1997; ANTONIO, 1991).

Na narrativa mítica (e, especialmente, na administração), a figura do herói adquire um papel de extrema relevância em uma oposição particular, entre o caos e o cosmos. Conforme Mills (2003, p.168) indica, “onde há cosmos, o caos está ausente; quando o caos aparece, o cosmos desaparece”, esta é uma oposição fundamental da mitologia, pois ela permite a ação de um elemento central, equilibrador e estabilizador, que é o herói. O herói é capaz de restabelecer a ordem diante do caos, de aplacar as ofensas divinas feitas com os sacrilégios, de reconquistar a paz em meio à guerra. Ocorre que, na Administração, tal como

aponta Harding (2003) essa visão torna-se também científica e não apenas uma concepção de mundo. Segundo a autora, o administrador-herói, formado na ciência da administração positivista é capaz de aplacar a fúria titânica do caos que existe no mundo desordenado antes da sua chegada. Ele, dotado de técnicas universais e neutras, consegue trazer a ordem e o progresso de que o mundo – em desordem e desequilíbrio – precisa. Essa é a leitura sobre o administrador que vemos em Kanitz (2015) e Chiavenato (2006), e é a síntese do verdadeiro poder da administração que vemos em Campos (1992, 2009), e que Taylor sintetiza em seu poder pastoral, conforme citado por Walter, Winkler e Crubellate (2013). Mais do que isso, porém, o administrador-herói personificado em Taylor não apenas traz a ordem, ele funda a melhor maneira de o fazer, ele cria a Administração como ciência, a ferramenta mágica para dar fim ao caos social. A narrativa de Taylor seria, portanto, cosmogônica.

Outros elementos míticos são bastante recorrentes na literatura em Administração e suas trajetórias fundadoras. As metáforas de selvas e florestas são bastante comuns, como também o são na análise mitológica, nas narrativas pré-científicas. Temos o jardim, o lugar bucólico, natural, que tal como McIntosh (2005) demonstra, aparece nas versões paradisíacas do Éden cristão e islâmico, nas narrativas pagãs eurocêntricas e asiáticas. Essa analogia é retomada na Administração como a selvageria confusa da floresta (jungle), como na influente discussão feita por Harold Koontz (1961, 1980), do *Management as a Jungle Theory*. Discussão essa que serviu, conforme Harding (2003) demonstrou, para construir o mito da administração como ciência positiva universal e homogênea, e do administrador como herói, por meio dos livros-textos de *Management*. Harding (2003) desconstrói em sua análise justamente o clássico livro-texto de Koontz sobre Administração, um dos mais difundidos da área em língua inglesa. Uma repercussão dessa construção mítica da natureza selvagem, encontra-se também nas visões de temas da administração – a estratégia – como um verdadeiro safari (MINTZBERG, AHLSTRAND & LAMPEL, 2000). Para transformar o caos selvagem em uma ordem social controlada, é preciso, antes, um herói. É desta figura que trataremos a seguir.

Administração: Taylor como mito-fundador do ideal positivista da linguagem científica universal e homogênea

A demarcação do nascimento da Administração ainda é um campo aberto de pesquisa. Conforme Mills e Novicevic (2020, p.20) discutem, em geral, “vários registros do ponto de partida da administração [management] e dos estudos organizacionais designam Frederick Taylor como o ‘pai’ da administração moderna”, mas visões críticas e análises históricas desenvolvidas ao longo do séc. XX e início do XXI questionam esta posição. Autores como Hanlon (2016), Bowden e Lamond (2015), Reed (2007) e Tragtenberg (2005, 2006) já apontaram que a origem dos estudos organizacionais e da Administração é correlacionada ao desenvolvimento do próprio capitalismo como sistema e modo de produção, incluindo a formação do Estado e das grandes corporações industriais. É a formação das Burocracias, em um contexto de consolidação da racionalidade da Moderna, conforme nos apresentam os trabalhos de Saint-Simon, Charles Fourier, Hegel, Robert Owen, Marx e Weber. Para a teoria da administração do *mainstream*, porém, os estudos organizacionais, a Administração como ciência e as consultorias nascem, todas, com Frederick Winslow Taylor. McGrath (2014), por exemplo, justifica essa posição dizendo que não havia muita gestão ou administração antes da Revolução Industrial, uma visão encontrada também em Koontz e Wehrich (2012), Blake e Moseley (2011), Meyers Jr. (2011), Daft e Marcic (2009), Daft (2008), Scott (2003), Drucker (2000) e Pollard (1982). Essa visão, porém, além de ser questionada com base nos críticos citados, tem sido frequentemente desmentida pela historiografia recente (ROCHA, 2019; CROOKS & PARSONS, 2016; POSTGATE, 2014) e pelas próprias discussões de Marx e Weber sobre as burocracias no mundo antigo. Com base no discutido sobre mitologia, portanto, a cosmogonia da Administração sendo criada por Taylor seria um mito que, como tal, não se preocupa em desmentir fatos, evidências, interpretações e teorias contrárias.

A mitologia de Taylor, no entanto, é a hegemônica e compõe a narrativa do administrador-herói. Nancy Harding (2003) apresenta uma síntese do que seria este mito fundador da Administração como ciência, em um quadro que resume muito bem a representação dessa narrativa nos principais livros-textos de administração:

“No início havia caos e anarquia. As pessoas, se é que elas trabalhavam, operavam em confusão, com falta de coordenação e direção. As pessoas clamavam por um Messias que traria fim a este pântano sulfuroso. O Messias devidamente apareceu, mas não na forma esperada, pois Ele não apareceu como um homem só, mas como muitos, para que a Sua palavra se manifeste por meio de muitos e Ele se tornou a onipotência encarnada. Cada uma dessas manifestações do Messias foi equipada com as espadas gêmeas mágicas da “ciência” e da “arte” [...] A palavra então dizia que todas as pessoas poderiam ser gerentes, independentemente de seu gênero ou raça, se lessem o bom livro. Tendo conseguido conversões em massa, os messias poderiam partir, então, em uma peregrinação para trazer a ordem e a prosperidade para o mundo inteiro. Logo, todos em todo o mundo poderiam ser convertidos em gestores. Somente os indignos falhariam em serem convertidos, e se sujeitariam à benigna governança dos gestores” (HARDING, 2003, p.33).

Não é difícil enxergar esse mito na leitura tradicional que a literatura administrativa faz das obras de Taylor. Conforme vemos em Hanlon (2015), Stewart (2009), Wrege e Greenwood (1991) e Tragtenberg (2005, 2006), a contribuição de Taylor é apresentada como o primeiro – e muitas vezes como o melhor – esforço teórico e prático sistematizado para imbuir racionalidade à ação coletiva nas organizações. Assomada à análise de Henri Fayol, que enaltecia as possibilidades da divisão do trabalho não apenas na produção, mas na condução dos negócios com a emergência da função planejamento, ambas as teorias dão corpo ao que se convencionou denominar de Abordagem Clássica da Administração. Elas representam a demarcação mais tradicional do início da discussão sistematizada de Administração como ciência, pois ambos seriam “os maiores pensadores de gestão”, segundo Kermally (1997, p.165). Como em toda narrativa mitológica, Taylor é o portador da verdade clássica sobre a ordem (o cosmos), a maneira correta (*the best way*) de enfrentar o caos social sob um único modo adequado de conduzir os negócios administrativos, pretensamente racional e científico, assentado em um conjunto de princípios que, se aplicados adequadamente, alcançarão a melhor maneira de se administrar. Embora a Escola da Administração Científica tenha contado com contribuições de Henry L. Gantt, Frank B. Gilbreth, Lilian Gilbreth, Harrington Emerson, Carl Barth e Henry Ford, é o nome de Taylor que se destaca com maior nitidez na literatura administrativa, o engenheiro que, indignado com o caos do desperdício, ascendeu rapidamente galgando posições nas empresas e teve a postura visionária de combatê-lo (WILLIAMS, 2017; JONES & GEORGE, 2015; KOONTZ & WEHRICH, 2012; DAFT & MARCIC, 2009).

Taylor, no papel de mito-fundador, é defendido por autores diversos, como Drucker (2000), Koontz e Wehrich (2012), Pollard (1982), Blake e Moseley (2011) e Meyers Jr. (2011). Tomam-no como um visionário de reconhecimento universal, uma unanimidade, “embora seja um dos autores mais perniciosos e criticados de todos os teóricos organizacionais”, como comenta Morgan (2007, p.32). Obviamente, não se questiona o seu impacto, mas, a sua defesa como responsável por fundar uma ciência e solucionar a desordem social tendo apenas apresentado uma obra parca, lacônica e praticamente principiológica, desconsiderando toda uma produção teórica anterior mais profunda e mais bem sistematizada, além de ignorar ou suavizar a crítica posterior apresentada à sua obra. Taylor, portanto, é apresentado mais como herói que como cientista social, um herói que enfrentou e venceu o caos nas organizações, a depressão econômica e o desperdício, como depreendemos da análise de Bateman e Snell (2015), Hindle (2008) e Silva (1987). Ele (que não era administrador de formação, mas engenheiro) representa o administrador esclarecido e polivalente, e chega a ser equiparado com pensadores como René Descartes, por Campos (1992), ambos aproximados como fundadores do controle estatístico de processos. Ele também seria um dos pais da consultoria gerencial, segundo Rassam (1998). O responsável pela transformação da administração do imprevisto para a ciência, em Maximiano (1995) e Chiavenato

(2014). O grande sistematizador da área, que conseguiu alinhar princípios e regras dispersos em documentos, textos e experiências em um livro-guia, conforme entendem Daft (2008) e Daft e Marcic (2009). O epitome de uma época da consagração da eficiência da grande indústria norte-americana, em Scott (2003). E, um visionário e pioneiro que não possui ninguém comparável em termos de impacto na administração, com Koontz e Weihrich (2012). Taylor, portanto, é retratado como um dos heróis de mil faces de Campbell (2004).

Construído por parte dos especialistas em Administração como um herói, ele é um salvador não apenas das empresas, mas do mundo todo, como Silva (1987, p.22) comenta, para seus admiradores, “sua filosofia, princípios e técnicas são aplicáveis aos problemas de poupança e conservação de energia de países inteiros e talvez do próprio mundo”. Contraditório, porém, como todo mito, seu nome não apenas se transformou em escola mas o próprio taylorismo ganhou ares míticos, algo que é, paradoxalmente, novo e velho ao mesmo tempo, um princípio que funda a administração e um princípio que existiu desde sempre, como demonstra Aktouf (1996). Como mito fundador, Taylor é o pioneiro que reinventa até as categorias do passado, pois os princípios do taylorismo – que estavam ocultos na humanidade – aguardavam por sua conversão no decálogo administrativo pela clarividência de um herói. No comentário de Aktouf (1996, p.27) isso tem um sentido claro de legitimação, pois busca “legitimar tanto práticas atuais quanto crer que o homem das cavernas já trabalhava segundo os princípios quase tayloristas de divisão e supervisão do trabalho”, e se algo é tão antigo e tão inovador, só pode estar certo, ser do bem ou ser o melhor.

Taylor é um pioneiro, um visionário e um clássico, sendo revisitado o tempo todo, segundo Spender (1996) e Giannantonio e Hurley-Hanson (2011). Para a literatura crítica, no entanto, é evidente que a teoria administrativa ortodoxa nunca rompe totalmente com Taylor, realimentando eternamente a sua figura mítica, tal como a definição de mito fundador posta por Chauí (2001). É inclusive nesse sentido que Faria (2008) e Hanlon (2015) defendem que o toyotismo, tão aclamado como uma revolução gerencial ao padrão taylorista-fordista de produção, é na verdade um taylorismo-fordismo disfarçado, um taylorismo da microeletrônica, computadorizado. Isso ocorre, porém, não porque Taylor seja um mito, mas porque ele funda uma ciência mítica, que muda de nome mas não muda os seus processos exploratórios do trabalho. A ciência de Taylor não pretende explicar contradições, compreender o mundo. Ela simplesmente alimenta as tensões sem resolvê-las, como toda narrativa mítica. Dessa forma, não há espaço para a crítica em sua obra, no sentido dado por Paes de Paula (2008), da crítica como postura de inservidão às tradições, à autoridade, como reflexão profunda e transformadora sobre a realidade. O que ela faz é impulsionar o gerencialismo e a cultura do management como panaceia (PAES DE PAULA, 2009), mantendo a Administração como um mecanismo de exploração e de dominação, aspectos que fizeram da gestão não uma ferramenta emancipatória mas um fator de sofrimento, uma doença social (GAULEJAC, 2007).

Conforme discutem Campbell, Moyers e Flowers (1990, p.150), “existe uma certa sequência de ações heroicas, típica, que pode ser detectada em histórias provenientes de todas as partes do mundo, de vários períodos da história”. Essa sequência pode ser resumida na trajetória do mito fundador encontrada também em Taylor que inclui: a) sua intuição e força visionárias; b) sua capacidade messiânica de converter os outros; c) sua trajetória ímpar de ascensão; d) a *fundatio*, sendo o pai e criador de algo, e) a sua posição como síntese de uma época; f) sua incomparabilidade, e, g) como todo mito, sua total valorização mesmo diante de contradições e falta de evidências reconhecidas até por quem o valoriza. Podemos analisar a descrição feita de Taylor pelo *mainstream* da Administração com base nesses elementos. Abaixo, no quadro 1, exemplificamos isso com alguns elementos de textos sobre Taylor, cotejadas, sobretudo, com as argumentações de Campbell (2004), Campbell, Moyers e Flowers (1990), Chauí (2000) e Eco (1984).

Quadro 1 – Taylor como Mito/Herói na Administração

Características do mito, do herói, como saga e jornada.	Representação de Taylor como mito e como herói
<p>Sua atuação determinante para o mundo: o mito fundador, o pioneiro e visionário que agiu sozinho para libertar/salvar o mundo (CAMPBELL, 2004; CAMPBELL, MOYERS & FLOWERS, 1990; CHAUI, 2000).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Taylor foi a primeira pessoa na história que não fez pouco caso do trabalho, mas o olhou e o estudou” (DRUCKER, 2000, p.14); • “Taylor é considerado o pai do pensamento administrativo” (JONES & GEORGE, 2015, p.40) • “Todo livro que tente demonstrar como o pensamento gerencial foi desenvolvido deve inevitavelmente começar com Frederick Winslow Taylor” (POLLARD, 1982, p.3) • “Que se diga que ele foi um grande pioneiro. Ele liderou o caminho na aplicação de um método científico detalhado ao estudo da administração, e por isso devemos sempre ser gratos a ele” (POLLARD, 1982, p.15) • “Frederick Winslow Taylor (1856–1915) insistiu que a administração sozinha teria que mudar e, além disso, que a maneira de mudar poderia ser apenas determinada por estudos científicos. A partir daí, o termo administração científica emergiu” (DAFT & MARCIC, 2009, p.31); • “A improvisação deve ceder lugar ao planejamento, e o empirismo, à ciência – a ciência da administração. Como pioneiro, o mérito de Taylor reside em sua contribuição para encarar sistematicamente o estudo da organização. O fato de ter sido o primeiro a fazer uma análise completa do trabalho” (CHIAVENATO, 2014, p.59) • “Nenhuma outra pessoa teve impacto maior no início do desenvolvimento da administração” (KOONTZ & WEHRICH, 2012, p.12); • “[A] palavra ‘administração’ foi popularizada primeiro por Frederick Winslow Taylor” (DRUCKER, 2000, p.1); • “Taylor introduziu o uso da ciência como ferramenta de gestão” (BATEMAN & SNELL, 2015, p.38); • “se Frederick reaparecesse na cena da administração industrial hoje, ele diria algo no sentido de que ‘depois de cem anos, minhas ideias, meus livros e meus princípios de gestão científica resistiram ao teste do tempo e foram todos validados’. Parabéns Frederick, estamos de acordo!” (MEYERS JR, 2011, p.11).
<p>Sua intuição e força: o herói guerreiro capaz de ver o que ninguém viu, e, dado o seu prestígio universal, ser capaz de liderar e salvar os povos (CAMPBELL, 2004; CAMPBELL, MOYERS & FLOWERS, 1990; ECO, 1984).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Taylor sentiu que se ele pudesse criar uma nova democracia científica dentro da crescente importância das organizações manufatureiras, todo o resto da sociedade o seguiria” (SPENGER, 1996, p.27); • “O que Taylor viu quando realmente olhou para o trabalho viola tudo o que poetas e filósofos haviam dito sobre trabalho, de Hesíodo e Virgílio a Karl Marx” (DRUCKER, 2000, p.193) • “Drucker sustentou que Darwin, Freud e Taylor entre eles foram os criadores do mundo moderno [...] O próprio Taylor é universalmente reconhecido por ter sido um dos mais originais e influentes pensadores de administração [<i>management</i>] de todos os tempos” (HINDLE, 2008, p.310)
<p>A conversão messiânica dos outros por meio da demonstração de seus “milagres”: o herói como redentor do mundo, cujas habilidades seduzem e o discurso hipnotiza a todos (CAMPBELL, 2004; CAMPBELL, MOYERS & FLOWERS, 1990).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “a Europa conheceu Taylor em 1900 durante a Exibição Mundial de Paris, onde ele demonstrou sua invenção, o aço rápido. Enquanto os fabricantes europeus ficaram impressionados com o este novo processo, a atenção de Taylor logo viria a focar a gestão” (BLOEMEN, 1996, p.112); • “As ideias da administração científica que começaram com Taylor aumentaram dramaticamente a produtividade em todas as indústrias, e elas ainda são importantes hoje” (DAFT, 2008, p.42);

	<ul style="list-style-type: none"> • “Taylor teve o mérito de assimilar, sistematizar e disseminar um conjunto de princípios que vinham ao encontro de uma necessidade e, por isso, foram recebidos com grande entusiasmo” (MAXIMIANO, 1995, p.137); • “Taylor deu uma voz, um espírito que capturou a imaginação do público, incluindo exército e marinha, líderes empresariais, reformadores do governo, agricultores, profissões jurídicas e médicas, obreiras, mulheres do clube, economistas domésticos, educadores, e acadêmicos” (WREN & BEDEIAN, 2017, p.121)
<p>A expressão máxima ou a síntese de uma época, um divisor de águas na história: a jornada do herói, como Prometeu, que ascende aos céus, rouba o fogo dos deuses e descende, para o mundo nunca mais ser o mesmo depois dele (CAMPBELL, 2004; CAMPBELL, MOYERS & FLOWERS, 1990).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “O trabalho de Taylor pode ser visto como a culminação de uma série de desenvolvimentos ocorridos nos EUA entre 1880 e 1920” (SCOTT, 2003, p.38); • “Taylor foi a primeira pessoa a aplicar conhecimento no trabalho” (DRUCKER, 2000, p.193); • “Frederick Winslow Taylor foi o epítome do <i>self-made man</i>” (KREITNER, 2008, p.37); • “O primeiro homem a fazer os dois, a trabalhar como trabalhador manual e a estudar o trabalho manual, foi Frederick Winslow Taylor” (DRUCKER, 2000, p.191); • “A produtividade do trabalhador manual criou o que nós chamamos de economias ‘desenvolvidas’. Antes de Taylor, não havia tal coisa – todas as economias eram igualmente subdesenvolvidas” (DRUCKER, 2000, p.192); • “Suas experiências [...] deram a Taylor a ampla oportunidade de conhecer em primeira mão os problemas e atitudes dos trabalhadores e ver as grandes possibilidades de melhorar a qualidade da gestão” (KOONTZ & WEIHRICH, 2012, p.12) • “A capacidade sem precedentes da indústria do século XX de criar a riqueza repousa diretamente no trabalho de Frederick Winslow Taylor” (BLAKE & MOSELEY, 2011, p.351)
<p>Sua valorização mesmo diante de falhas, contradições e falsas evidências: como mito fundador, as críticas e a falta de comprovações de sua unanimidade são postas em xeque, mas não alcançam a literatura hegemônica (CHAUÍ, 2000)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Houve uma investigação no congresso sobre as ideias de Taylor, e as evidências sugerem que ele falsificou algumas de suas descobertas. Apesar disso, o trabalho de Taylor deixou uma impressão duradoura na administração” (GRIFFIN, 2013, p.35); • “Historiadores da administração recentemente tem discutido as descobertas de Taylor sobre ferro gusa, sugerindo que suas conclusões foram infundadas e/ou exageradas” (KREITNER, 2008, p.38); • “Frederick Winslow Taylor contou a história do ferro-gusa com tanta frequência e tão bem que por mais de meio século após sua morte, críticos e simpatizantes, da mesma forma, simplesmente assumiram que era verdade. Mas não era” (STEWART, 2009, p.47) • “Embora Taylor permaneça como uma figura controversa para alguns acadêmicos que acreditam que suas ideias foram ruins para os trabalhadores, suas ideias-chave sobreviveram ao teste do tempo” (WILLIAMS, 2017, p.27) • “A partir da década de 1930, as empresas pioneiras de consultoria de gestão como a McKinsey & Company e Booz Allen & Hamilton substituíram amplamente as firmas de consultoria tayloristas na América” (MCKENNA, 2012, p.157)

Fonte: elaborado pelo autor.

Um elemento específico do mitologema do herói em Taylor, entretanto, pode ser destacado no que concerne à Administração. A sua persistência no enfrentamento do caos encontrado na desordem social, exemplificado pela realidade das indústrias norte-americanas do final do século XIX e início do XX. Trata-se de um enfrentamento à irracionalidade do mundo, algo tradicional na saga do herói, algo que

constitui a sua busca, a sua vocação. Conforme apontam Campbell, Moyers e Flowers (1990, p.8), “pela superação das paixões tenebrosas, o herói simboliza nossa capacidade de controlar o selvagem irracional dentro de nós”, e por extensão, superar toda a irracionalidade do mundo, dando sentido a ele. Drucker (2000), por exemplo, é dos autores que mais enaltecem a abnegação de Taylor em favor da racionalidade da ordenação. Conforme os elementos trazidos no quadro 1, Drucker destaca esse potencial visionário de Taylor, único, profético. A narrativa que Drucker constrói, neste sentido, é muito próxima do que se chama de busca visionária do mito, como se vê a seguir:

Existe um certo tipo de mito que pode ser chamado de busca visionária, partir em busca de algo relevante, uma visão, que tem a mesma forma em todas as mitologias. E o que tentei mostrar no primeiro livro que escrevi, *O herói de mil faces*. Todas essas diferentes mitologias apresentam o mesmo esforço essencial. Você deixa o mundo onde está e se encaminha na direção de algo mais profundo, mais distante ou mais alto (CAMPBELL, MOYERS & FLOWERS, 1990, p.142).

Esse ponto do pioneirismo visionário em torno de uma busca, porém, não encontra sustentação na realidade historiográfica, pois, conforme comenta Silva (1987, p.12-13), “Taylor não foi, decerto, o primeiro homem que se insurgiu contra o desperdício de tempo e de energia no trabalho”. Todavia, Taylor foi difundido como o primeiro a aplicar um método que julgara universal, regido por princípios válidos para qualquer situação, motivado por sua busca visionária que ninguém mais possuía. Como visto no quadro 1, Drucker (2000) chega ao ponto de dizer que, nesta busca, Taylor foi o primeiro a aplicar conhecimento no trabalho. Taylor (1995) apenas teria estabelecido um critério de racionalização do trabalho por meio de estudos de tempos, movimentos, tarefas, fadiga, seleção, treinamento e fiscalização do trabalho. E tentou compatibilizar esse esforço metódico com uma principiologia. Só que a sociologia, a economia e a filosofia demonstram que nada disso foi novidade. O *mainstream* da administração ignora o fato de a divisão do trabalho já ter sido abordada, de modo sistematizado e mais aprofundado, tanto por Adam Smith, no séc. XVIII, quanto por David Ricardo, Karl Marx e Émile Durkheim, no séc. XIX. Mesmo quando alguns autores reconhecem isso, como Spender (1996), não criticam nem enfatizam a pouca profundidade de sua discussão, e insinuam que os autores anteriores é que eram pouco sistematizados. A literatura crítica, no entanto, como argumenta Tragtenberg (2006, p.95) já demonstrava que os “modelos administrativos Taylor-Fayol correspondem à divisão mecânica do trabalho (Durkheim), em que o parcelamento de tarefas é a mola do sistema” (TRAGTENBERG, 2006, p.95), não há, portanto, nada que sustente a sua busca visionária como uma inovação, nem pioneirismo.

Recuando um pouco mais no tempo, na história da filosofia, encontramos em Aristóteles discussões sobre o saber prático, relacionado à ética e à política, que envolvem princípios de atuação no mundo fundamentais para a ideia de organização da vida associada em geral, e não apenas na produção de bens, mas à vida privada e pública genericamente (MARCONDES, 2001; ARENDT, 2007). Partindo, pois, da conduta ética e do agir político, Aristóteles discute questões da economia e da administração das riquezas, conforme o que Spengler e Allen (1971), em um ensaio de 1948, qualificaram como o problema da ordem econômica, que surge na falta de coordenação entre os agentes econômicos, suas necessidades e a exigência da continuidade da atividade econômica em face da incompatibilidade de interesses e das formas de agir. Nessas discussões, o trabalho é analisado de modo profundo. O que Drucker (2000) e Chiavenato (2014) afirmam tão enfaticamente, que ninguém nunca se debruçara e estudara o trabalho, não é compatível com a história das ideias. Arendt (2007) também faz uma profunda discussão sobre a centralidade do trabalho como condição humana desde o mundo antigo até os nossos tempos, e passa pelas contribuições das obras de Aristóteles e Platão, apontando a importância destes autores sobre essa discussão. A literatura hegemônica em Administração não reconhece isso porque não quer enfatizar a discussão sobre o trabalho, mas o nascimento da Administração como ciência. Só que se entendermos a Administração como os estudos da vida coletiva associada ou da dinâmica das organizações, das burocracias, retornamos como Tragtenberg (2005, 2006) e Reed (2007) já apontaram, ao fato de que, pelo menos, Hegel, Marx, Owen e Saint-Simon e Fourier discutiram isso antes de Taylor.

Há outros pontos onde o pioneirismo de Taylor pode ser questionado. Na leitura de Silva (1987, p.15), “das contribuições de Taylor para o progresso econômico e social do Ocidente, a mais tangível foi a demonstração da imensa potencialidade da Administração (management) para produzir ganhos econômicos”, sobretudo em função da divisão do trabalho entre planejamento e execução, e o sequenciamento de tarefas. Ora, também essa concepção não é original de Taylor. A crença de que era possível agir metódica e cientificamente, de modo a garantir ganhos significativos de produtividade, gerando eficiência, encontrada no pensamento de Taylor, é o cerne, na verdade, da obra *Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Publicada, originalmente, em 1776, ela colocava a divisão do trabalho e sua organização como a origem da formação de riqueza. As repercussões da divisão do trabalho na sociedade também são o tema da obra de Émile Durkheim (1999) de 1894, ou seja, ambos anteriores a Taylor. Outro aspecto reverenciado pela literatura hegemônica é o saber prático de Taylor, por ele ter sido também um funcionário aplicado e não apenas um teórico. Esse viés prático é enaltecido e tomado como uma virtude, um traço de nobreza, como algo que o torna mitologicamente especial. Assim, ele passa a ser uma régua para comparar intelectuais. Robbins e Coulter (2018 p.70) chegam a dizer, por exemplo, que “embora as ideias de Weber fossem menos práticas que as de Taylor, o fato de seu ‘tipo ideal’ ainda descrever muitas organizações contemporâneas atesta sua importância”, desconsiderando que a sociologia weberiana é compreensiva e não uma consultoria gerencial. É com base em Taylor que se mede a virtude dos outros autores, ou seja, da mesma forma mitológica em que se mede o grau de virtude dos seres humanos comparando-os com os traços virtuosos dos heróis. Ora, como Prestes Motta (1974, p.4) comenta, é inegável que “a formação americana de Taylor, e suas atividades como consultor técnico levaram-no a escolher sempre a experiência e a indução ao método dedutivo e, conseqüentemente, a interessar-se mais pelos métodos e sistemas de racionalização do trabalho”, isso não quer dizer, porém, que seu trabalho seja mais contundente apenas por isso, ou que o fato de ter trabalhado em uma linha de produção o tenha tornado um Prometeu desacorrentado. O fato de ter sido trabalhador não lhe é exclusivo. Há pensadores bem anteriores que tomaram a centralidade do trabalho como virtude moral inclusive por terem se dedicado cedo ao trabalho, como o caso de Benjamin Franklin, no séc. XVIII, extensivamente estudado por Weber (1967), por exemplo. Ou Samuel Gompers, para a formação sindical estadunidense e mesmo, posteriormente, o próprio Harry Braverman (1981), um dos maiores críticos do taylorismo e que era trabalhador industrial.

Além disso, porém, ainda na questão de ser o criador de uma ciência, faltam na produção intelectual de Taylor elementos-chave de discussão científica, como questões epistemológicas, ontológicas, teóricas e metodológicas. Ele, em momento algum de sua obra, se debruça de modo aprofundado sobre as formas de apreender o mundo real, a natureza da investigação organizacional, nem constitui uma teoria bem-acabada a esse respeito. Ele tece discussões superficiais e adjacentes, com alguns parâmetros principiologicos (como uma frouxa teoria) e com algumas pontuações de método (uma metodologia empirista tradicional). Nesse sentido, não há como compará-lo, por exemplo, em profundidade e densidade, com o que Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jean Baptiste Say e Karl Marx significam para a Economia, ou Friedrich Carl von Savigny, Rudolf von Jhering e Hans Kelsen, para o Direito, ou mesmo Auguste Comte, Émile Durkheim, novamente Karl Marx e Max Weber para a Sociologia. Todos, respeitadas suas enormes diferenças entre si, aprofundam o debate sobre ciência em suas respectivas áreas e são marcos contundentes de seus desenvolvimentos, conectando essas quatro dimensões citadas.

Até mesmo do ponto de vista prático, Taylor talvez não seja a principal representação de sua época. É provável que quem mais personifique essa visão, que combina eficiência, produtividade e funções, ou seja, Taylor e Fayol na construção de um modo de pensar as organizações, seja Ford (1954). Ford sintetizou essa visão de controle, divisão, e supervisão de trabalho em uma prática produtiva em série, onde o trabalho vai ao trabalhador, incessantemente, em uma linha de produção. Só que Ford fez mais que isso, ele expandiu as contradições da relação capital-trabalho para além do espaço interno da empresa, afetando o ambiente de negócios como um todo. Esse alcance de Ford, confunde-se, inclusive, com uma etapa do próprio desenvolvimento capitalista:

“Diferentemente do taylorismo, que se concentra nos modos de operacionalizar a produção em termos de unidades produtivas, o fordismo tem um alcance que ultrapassa a fábrica, tornando-se expressão política da acumulação capitalista, daí a necessidade de entender suas formulações gerenciais como a expressão de uma formação social específica de uma fase do capitalismo” (FARIA, 2008, p.35-36).

Do ponto de vista crítico, a reflexão aprofundada e transformadora é algo que a mitologia não alcança, e neste sentido faz mais sentido tratar a evolução Taylor-Fayol-Ford-Mayo como um contínuo, fruto de uma construção histórica e social específica, do que enaltecer Taylor como um pioneiro-visionário-heroico que enfrentou e venceu o caos nas organizações pré-ciência da administração, como discutem Hanlon (2015) e Tragtenberg (2005, 2006). Mesmo quando Taylor é tido como alguém que apresentou uma ciência do trabalho, tal como argumentam Drucker (2000), Daft e Marcic (2009), Chiavenato (2014), Koontz e Weihrich (2012), a análise detida de suas obras demonstra que, na verdade, o “taylorismo, tratado como uma ciência do trabalho, tem, na realidade, a pretensão de ser uma ciência do trabalho dos outros, nas condições do capitalismo”, na intenção de perpetuá-lo como tal, e não de conhecê-lo (FARIA, 2008, p.31).

Para finalizar, o pensamento crítico nos estudos organizacionais também questiona a preponderância da empresa privada como centralidade da Administração, tal como trazido por Taylor e difundido pela abordagem do *mainstream*, entendendo esse campo como algo mais complexo e abrangente que a mera busca de lucratividade do setor privado (PAES DE PAULA, 2008, 2016; FARIA, 2007, 2008). Para Tragtenberg (2006, p.26), por exemplo, a Administração como organização formal burocrática realiza-se plenamente no Estado, tendo origem neste, muito antes de ocorrer na empresa privada. Segundo este autor, foi Hegel que, muito antes de Taylor, no plano lógico, operacionalizou o conceito de burocracia no Estado e na corporação privada. Segundo ele, “para Hegel, o Estado como realidade moral, como síntese do substancial e do particular, contém o interesse universal enquanto tal, que é sua substância, deduzindo-se, então, ser o Estado a instância suprema que elimina todas as particularidades no seio de sua unidade”, é a representação da síntese dialética que institui a burocracia como forma de poder.

Mesmo a difusão irrestrita do taylorismo, capitaneada por um voo solo de Taylor, muito apregoada pelos livros-texto de Administração, encontra ressalvas em análises históricas mais próximas ao *mainstream* do campo, como é o caso da análise de Alfred Chandler Jr. Chandler Jr (1999, p.277) afirma, conforme seu levantamento de dados históricos, que “nenhum proprietário de fábrica, mesmo aqueles que consultaram Taylor e seus discípulos, adotaram o sistema de Taylor sem modificá-lo”. Ele reconhece a influência e a relevância de Taylor mas sempre associada ao contexto e ao conjunto de outros autores, engenheiros e gestores que ajudaram a constituir a Administração Científica, nunca isoladamente. O que houve com Taylor, portanto, não foi a inauguração de uma ciência, mas a conversão do olhar sobre o trabalho para um foco específico, em favor da elite industrial, em um contexto de desenvolvimento histórico das grandes corporações. Conforme conclui Tragtemberg (2006, p.85-86), o “aumento da dimensão da empresa no período da Segunda Revolução Industrial” acarreta uma mutação, “na qual as teorias sociais de caráter totalizador e global (Saint-Simon, Fourier e Marx) cedem lugar às teorias microindustriais de alcance médio (Taylor-Fayol)”.

Administração como ciência positiva: um mito da Modernidade?

Essa mitologia de Taylor é algo restrito a ele, ou é um problema da Administração como um todo? Ou, reflete apenas as repercussões da ciência moderna que transformou o discurso científico em uma nova narrativa mitológica? Na leitura de Giddens (1991) sobre o advento da Modernidade, ele comenta que as mudanças institucionais trazidas por essa época alteraram definitivamente a conformação social. Foram fundamentais para alterar o quadro social o surgimento do Estado-nação, o desenvolvimento e ao mesmo tempo a da dependência criada de fontes de energia inanimadas, a construção das cidades e a urbanização, a industrialização e o surgimento do trabalho assalariado. Todas essas questões modificaram a maneira modos de vida e modos de compreensão do mundo. Como apontam Reale e Antiseri (1990), a

Modernidade consagrou também, além dessas questões, uma “nova forma de saber” dividida em três instâncias: i) a ciência; ii) os seus doutos especialistas, os cientistas; e, iii) as instituições que os apoiam, as academias científicas. Todo esse processo foi chamado por Weber (1999) de “desencantamento do mundo” com o pretense triunfo da racionalidade sobre a narrativa místico-religiosa.

Vimos que, para a literatura administrativa tradicional, a Administração como ciência surge magicamente pelo toque heroico de Taylor, que sozinho teria conseguido realizar o feito de fundar, em um só golpe, uma área do conhecimento e o administrador como cientista prático, ou seja, cumpriu duas das instâncias trazidas pela Modernidade e citadas por Reale e Antiseri (1990). Taylor, como mito fundador, porém, faz o processo inverso do desencantamento do mundo weberiano, ele proporciona o encantamento da própria ciência, sua dogmatização. Por conceber uma Administração reduzida a método de controle, de tempos, de movimentos, de produtividade, ele recai na racionalidade instrumental que confundiu a ciência com a técnica e que fez da ciência positiva o novo mito da contemporaneidade, nos termos de Adorno e Horkheimer (1985). Esse é um aspecto da teoria hegemônica da Administração fortemente destacado por pesquisadores brasileiros, como Motta (1974), Tragtenberg (2005, 2006), e mais recentemente, com Paes de Paula (2008, 2016), Faria (2007, 2008) e Vasconcellos, Domingues e Carrieri (2018). Trata-se da Administração como ideologia e poder, como forma de dominação e calcada em um discurso alienante, afastado da compreensão crítica da realidade social.

Conforme discutido, o conceito de ciência da Administração que Taylor (1990) evoca não cumpre uma reflexão profunda de quatro perspectivas fundamentais à reflexão científica: o debate em torno de sua natureza epistemológica, ontológica, teórica e metodológica. A rigor, um método, uma série de preconcepções e um cabedal de princípios é tudo o que Taylor tem. Encapsulado pelo funcionalismo e pelo positivismo, em suas versões menos rigorosas, foi apenas o seu apreço pela mensuração empírica do mundo que fez o alinhamento de suas ideias a estas vertentes científicas. O que o raciocínio taylorista permite, na verdade, é apenas uma aproximação com os pressupostos desse positivismo, sobretudo nos aspectos de concepção da realidade como exterioridade mensurável, como apontado por Santos (1989), e na crença de questões de natureza geral, abstrata e teórica só podem ser aprimoradas com base em observações empíricas, conforme destaca Alexander (1999).

Pode-se dizer, no entanto, acompanhando Santos (1989, 2002), que o processo desencantamento do mundo dado pela Modernidade criou em paralelo um processo de encantamento da ciência moderna ou de dogmatização da ciência moderna como um todo, com sua pretensão universal, ilimitada, neutra, evolucionária e objetiva. Esse processo, que podemos tomar também como construção de uma mitologia da ciência positiva, portanto, não é exclusivo do taylorismo, mas está espalhado na discussão sobre toda a ciência moderna. Para Santos (1989, 2002), portanto, a ciência moderna vive um período de crise, no sentido kuhniano do termo, acompanhado também de uma crise epistemológica, ambas marcadas pela tentativa dogmatizante de fundar uma proposição básica e universal para as ciências, que se baseia na coincidência da linguagem unívoca da ciência com a experiência ou observação imediata, ou seja, da preconização da objetividade e da neutralidade no processo de conhecer o mundo.

Uma pretensão taylorista coincide com essa ideia apresentada por Santos: o desejo de universalidade e de uma linguagem homogênea na Administração. Taylor (1995) também achava que a Administração, como ciência, fundaria não só novas empresas, novas burocracias, mas um novo Estado, e mesmo um novo mundo, tocado pela linguagem única da Administração Científica. Habermas (2001) já discutiu essas interconexões entre a linguagem científica comum e a política, nessa construção de novas conformações sociais. Ao debater a formação do Estado Alemão, em “A Constelação Pós-nacional”, ele traz uma referência aos debates germanistas de 1846, em Frankfurt a. M., que buscaram impulsionar a aproximação de três disciplinas, o Direito, a História e a Língua alemãs. O objetivo de Habermas, ao fazer isso, é demonstrar como a questão da unicidade da linguagem científica e suas inter-relações disciplinares, as suas visões de mundo, associam-se e repercutem, dentro de um espectro cultural mais amplo, nas questões políticas de sua época. Neste sentido, Taylor não se apresenta como um mito apenas na ideia

do herói, mas porque ele também se apresenta como o grande unificador da linguagem administrativa que criará o novo mundo: o mundo organizado da Administração.

Habermas (2001, p.7, grifos nossos) destaca, no debate germanista de Frankfurt, o seguinte ponto: “trata-se, antes de mais nada, da institucionalização de uma comunicação científica melhor”. O que a Administração Científica positivista pós-Taylor tentou fazer foi um arremedo disto. Sem gozar da profundidade reflexiva e crítica de Habermas (e dos germanistas), ela tomou o taylorismo como o fio condutor da linguagem científica administrativa única em uma linha principal: o quantitativismo/empirismo pró-gestão das empresas privadas. Segundo Habermas (2001), quando se fala de linguagem comum em ciência, se fala de outra coisa, da ciência como ação comunicativa coletiva, como possibilidade de horizontalização dos anseios da sociedade, como reflexão crítica de seu tempo. Taylor, ao contrário, instrumentaliza alguns princípios e expande suas próprias convicções para um desejo de sociedade que almeja para si, sem reflexões. Ele projeta seus anseios de ordem sobre o mundo e os defende como universais.

É interessante notar que, em 1962, quase 120 anos após o congresso de germanistas citado por Habermas, um simpósio realizado nos EUA, na Escola de Negócios da Universidade da Califórnia, discutiu também a unificação de uma linguagem científica, a da Administração, por um autor que se notabilizou por consagrar a mitologia de Taylor, Koontz (1962), como já discutimos. Esse evento pode ser identificado com um fenômeno que ajudou a consolidar um movimento, ocorrido nos anos 1950 e 1960, nos EUA, de tentativa de harmonização da linguagem administrativa e de criação de uma verdadeira ciência geral e única da Administração, aos moldes da pretensão taylorista (FREDERICK, 1963; MEINHART, 1969; BEDEIAN; 1974). Não houve consenso, obviamente, para a criação dessa visão totalizante da Administração. Tampouco se unificou a linguagem administrativa científica. Inconclusivo, o debate avançou com dúvidas se haveria uma linguagem harmonizada, ou mais a fundo, se a Administração seria uma ciência harmonizável em seus conceitos, ou mesmo se ela é, de fato, uma disciplina científica, tal como se questionavam alguns anos antes as ciências sociais em geral (REDFIELD, 1984). O resultado disso foi a metáfora criada por Koontz, da Administração como uma floresta impenetrável de conceitos (a jungle), onde Taylor é apresentado como o primeiro a conseguir penetrá-la.

Nesse mesmo ano 1962, curiosamente, o mundo científico assistiu à intensificação do debate epistemológico da evolução das ciências, com a publicação de “A Estrutura das Revoluções Científicas”, de Thomas Kuhn (1970). Estudando a história da ciência, Kuhn afirmava que a evolução científica trazia duas características marcantes: a) ela progrediria por revoluções, aos saltos que lhe alteram a estrutura-base; b) ela dependeria do compartilhamento teórico-social vigente na comunidade científica de sua época, ou seja, ela requer que se firme um consenso sobre métodos e conceitos da ciência, a formação da linguagem comum. A discussão dos paradigmas nas ciências sociais, conforme lembrado por Habermas (1989, p.38) marcou o abalo da autoridade do positivismo lógico e o fracasso, nas ciências sociais, das tentativas totalizantes da pesquisa sociológica dadas, por exemplo, pela “teoria global de Parsons” que exerceu grande influência nas discussões organizacionais. Mesmo diante da evolução da discussão paradigmática de ciências, porém, Taylor manteve-se ileso na Administração, para boa parte da academia, como essa figura extraordinária que edificou todo um campo do saber empírico, robusto e universalmente válido, unificando sua linguagem e vencendo o caos. Conforme a discussão apresentada por Paes de Paula (2016), é preciso repensar os parâmetros epistemológicos dos estudos organizacionais e da Administração, onde a própria ideia dos paradigmas já não é mais suficiente. São vários os pontos de convergência entre os paradigmas tradicionalmente discutidos na Administração (BISPO, 2010), não cabe imaginar, portanto, que toda a complexidade deste campo possa advir exclusivamente do heroísmo intelectual de uma única pessoa, de uma única imagem de mundo ou de um único paradigma.

Considerações finais

Neste artigo discutimos que Taylor foi trabalhado, por parte da literatura tradicional de Administração, como um herói que se dispôs a enfrentar o caos da desordem nas organizações trazendo harmonia ao mundo organizacional. Essa narrativa o constituiu também como mito fundador, alguém que é apresentado como a origem (*fundatio*) da Administração como ciência, mas cujas características contraditórias e acríicas, típicas dos mitos, impedem uma leitura mais profunda e complexa da Área. Como mito fundador, Taylor é sempre presente na leitura funcional-positivista da Administração, que nunca rompe com ele. Ele é retomado como o homem que ascendeu no mundo do trabalho, o salvador do mundo organizacional, uma pessoa inigualável e o pioneiro de uma ciência. É nesse sentido que assumir Taylor como uma figura heroica fundadora impede enxergar tramas da realidade organizacional que a sua narrativa não alcança, como diferentes conceitos de organização que não sejam a empresa privada, ou um papel da divisão do trabalho na sociedade que não se reduza ao controle de tempos e movimentos, ocultando conflitos, dominação e exploração. Essa é uma discussão que as vertentes críticas dos estudos organizacionais abordam em profundidade, mas que ainda representa um campo aberto de pesquisa e de debates, dado que a percepção hegemônica, como demonstrado neste artigo, ainda é a da narrativa mitológica taylorista.

Vimos também, no entanto, que a visão de ciência trazida por Taylor é parca. Não cumpre as discussões necessárias à reflexão científica em seus quatro pilares mestres, quais sejam, epistemológicos, ontológicos, teóricos e metodológicos. Ele apenas apresenta algumas incursões principiológicas, como tentativa de teoria, e um cabedal empírico como metodologia. Essas falhas, porém, não impedem Taylor de ter pretensões universalistas para a ciência que advoga. Isso, juntamente com o empirismo, são a sua real conexão com o positivismo dentro do quadro da ciência moderna. Discutimos, no entanto, que essas são justamente duas das características que fizeram da ciência moderna, como paradigma, um dogma, um mito em si mesmo. Diferentemente do universalismo desse dogma, a Administração poderia pautar-se, no entanto, pela discussão reflexiva e crítica, características estas que não se fazem presentes na narrativa mítica. Seguindo a trilha desenvolvida por Paes de Paula (2016), entendemos que é preciso repensar os parâmetros epistemológicos que guiam a pesquisa nos estudos organizacionais e na Administração. A própria abordagem paradigmática não parece ser mais suficiente, que dirá a compreensão de que existe apenas um *best way* originado e pautado por somente uma maneira de se fazer pesquisa e de se compreender a realidade organizacional.

O escopo deste trabalho limitou-se à figura de Taylor como mito fundador da Administração, mas, o momento atual demonstra um forte retorno da propagação de mitos no mundo social. São graves os riscos trazidos por esta nova onda mitológica da chamada Modernidade Viral, dada pela intensa difusão de *Fake News*, de teorias conspiratórias e de soluções míticas (reducionistas, contraditórias e desconectadas da realidade) via redes sociais. Esse fenômeno tem fragilizado democracias, instituições e a própria ciência, e o Brasil não escapa desta realidade. Os estudos organizacionais no país precisam inserir-se neste debate, demonstrando os riscos e implicações sociais da absorção acrítica das narrativas hegemônicas, do negacionismo científico e das mitologias organizacionais, a fim de evitar-se que a Administração como ciência se torne uma mera ferramenta de propagação de instrumentos de dominação, de exploração e de sofrimento psíquico (GAULEJAC, 2007). Recorremos, então, ao alerta de Habermas (2001) sobre construção da linguagem comum, para entender que ela não significa uma linguagem padronizada e única, universal; pelo contrário, significa possibilidade de conversação, de afinidades eletivas, e de abrir-se campo para o diálogo crítico e reflexivo nas ciências. Como vimos, porém, a reflexão crítica não encontra lugar na construção mítica do mundo, e enquanto isso continuar, narrativas fantasiosas sobre a origem da ciência da Administração continuarão a ser propagadas, e o trabalho do pensamento crítico, ironicamente, seguirá sendo como o de Sísifo.

Referências

- AKTOUF, O. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDENS, A. TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p.23-90
- ANTONIO, R. Postmodern storytelling versus pragmatic truth-seeking: the discursive basis of social theory. **Sociological Theory**, v.9, n.2, 1991, p.154-163
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007
- ARMSTRONG, K. **Breve história do mito**. São Paulo: Cia. das Letras, Shwarcz, 2005
- ASTLEY, W. G. Administrative science as socially constructed truth. **Administrative Science Quarterly**, Vol. 30, No. 4, 1985, pp. 497-513
- BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Management: leading and collaborating in a competitive world**. 11th Ed. New York: McGraw-Hill, 2015
- BEDEIAN, A. G. A historical review of efforts in the area of management semantics. **The Academy of Management Journal**, Vol. 17, No. 1, 1974, pp. 101-114
- BESLEY, T. PETERS, M.; RIDER, S. Afterword, Viral Modernity: from Postmodernism to Post-truth? In: PETERS, M. et al (Eds.). **Post-Truth, Fake News: Viral Modernity & Higher Education**. Singapore: Springer, 2018, p.217-224
- BISPO, M. Um diálogo entre os paradigmas da teoria crítica e interpretativista no contexto das Organizações: uma proposta baseada no conceito de prática. XXXIV - EnANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010
- BLAKE, A.; MOSELEY, J. Frederick Winslow Taylor: one hundred years of managerial insight. **International Journal of Management**, Vol. 28, No. 4, 2011, p.346-353
- BLOCK, David. **Post-truth and political discourse**. Cham: Palgrave MacMillan, 2019
- BLOEMEN, E.C. The movement for scientific management in Europe between the wars. In: SPENDER, J. –C; KIJNE, Hugo J. (Ed.). **Scientific management: Frederick Winslow Taylor's gift to the world?** London: Kluwer Academic Publishers, 1996, p.1-32
- BOWDEN, B.; LAMOND, D. Introduction. In: BOWDEN, B.; LAMOND, D (Eds.). **Management history: its global past and present**. Charlotte: IAP, 2015, p.vii-xvii
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- BROAD, W.; WADE, N. **Betrayers of the truth: fraud and deceit in the halls of science**. New York: Simon and Schuster, 1983
- CAMPBELL, J. **The hero with a thousand faces**. Princeton: Princeton University Press, 2004
- CAMPBELL, J.; MOYERS, B.; FLOWERS, B. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CAMPOS, V. **TQC: controle da qualidade total no estilo japonês**. Belo Horizonte: UFMG, 1992
- CAMPOS, V. **O verdadeiro poder**. Belo Horizonte: Editora Falconi, 2009
- CARVALHO, L. O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo: todavia, 2019
- CHAN, A. **Critically constituting organization**. Amsterdam: John Benjamins, 2001

CHANDLER JR., **The visible hand**: the managerial revolution in American Business. 15th Reprint. Cambridge: Harvard University Press, 1999

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2001

CHIA, R. Thirty years on – from organizational structures to the organization of thought. **Organization Studies**, vol. 18, n. 4, 1997, p.685-707

CHIAVENATO, I. **Cartas a um jovem administrador**: o futuro está na administração. 6^a. Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 9^a.Ed. São Paulo: Manole, 2014

CHUDZIAK, M. The coup as a founding myth: The ideological pillars of The New Turkey. **Point of View - Centre for Eastern Studies**, n.66, 2017, p.1-48

COUPE, L. **Myth**. 2nd Ed. New York: Routledge, 2009

CROOKS, P.; PARSONS, T. (Eds.). **Empires and bureaucracy in world history**: from late antiquity to the Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2016

DAFT, R.L. **Management**. 8th Ed. Mason: Thomson South-Western, 2008

DAFT, R.L.; MARCIC, D. **Understanding Management**. 6th Ed. Mason: South-Western Cengage Learning, 2009

DIOP, I. **African mythology, femininity, and maternity**. Cham: Palgrave MacMillan, 2019

DRUCKER, P. F. **Management**: revised edition. New York: Harper-Collins, 2000

DUDENHOEFFER, L. **Anatomy of the Superhero Film**. Cham: Palgrave MacMillan, 2017

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2^a. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. Madrid: Editorial Lumen, 1984

ELIADE, Mircea. **Cosmos and history**: the myth of eternal return. New York: Harper Torchbooks, 1959

FARIA, J. H. Considerações Iniciais. In: FARIA, J. H. (Org). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007, p.XVII-XX

FARIA, J. H. **Economia política do poder**: uma crítica da teoria geral da administração. 1a. Ed., 4a. Reimp. Curitiba: Juruá, 2008, v2.

FORD, H. **Minha vida, minha obra**. Rio de Janeiro: Brand, 1954.

FREDERICK, W. C. The Next Development in Management Science: A General Theory. **The Academy of Management Journal**, Vol. 6, No. 3, 1963, p.212-219

FREEMAN, P. **Celtic mythology**: tales of gods, goddesses, and heroes. Oxford: Oxford University Press, 2017

FRIDENSON, P. Business history and history. In: JONES, G; ZEITLIN, J. (Eds.). **The Oxford handbook of business history**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p.9-36

GALLEGO, E.; Quem é o inimigo? Retóricas de inimizade nas redes sociais no período de 2014-2017. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FEIXO, A (Orgs.) **Brasil em transe**: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p.83-98

- GARZÓN, J. Los mitos fundacionales y el tiempo de la unidad imaginada del nacionalismo español. **Historia Social**, No. 40, (2001), p.7-27
- GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.
- GHIRALDELLI JR., P. **A filosofia explica Bolsonaro**. São Paulo: LeYa, 2019.
- GIANNANTONIO, C.M. & HURLEY-HANSON, A.E. Frederick Winslow Taylor: Reflections on the Relevance of The Principles of Scientific Management 100 Years Later, **Journal of Business and Management**. 17, 2011, p.7-10
- GREEN, S. **Inventing a Christian America: the myth of the religious founding**. Oxford: Oxford University Press, 2015
- GRIFFIN, R. W. **Management**. 11th Ed. Mason: Cengage Learning, 2013
- HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**. São Paulo: Littera Mundi, 2001
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989
- HALL, M. **Did America have a Christian founding?** Separating modern myth from historical truth. Thomas Nelson, 2019
- HANSEN, Gerald E., Examining the myth of narcissus and its role in Moby-Dick. **All Student Publications**, v. 73, 2007, p.1-21
- HANLON, G. **The dark side of management: a secret history of management knowledge**. New York: Routledge, 2016
- HARD, R. **The Routledge handbook of Greek mythology**. 8th Ed. New York: Routledge, 2020
- HARDING, N. **The social construction of management: texts and identities**. London: Routledge, 2003
- HASSARD, J. Postmodernism, philosophy and management: concepts and controversies. **IJMR**, 1999, p.171-195
- HINDLE, T. **Guide to management ideas and gurus**. London: Profile Books, 2008
- HOOKE, S. **Middle eastern mythology**. London: Dover Publications, 1968
- HOOPES, J. **False prophets: the gurus who created modern management and why their ideas are bad for business today**. Berkeley: Perseus Book, 2003
- JIMENEZ-CASTILLO, M. Lo ideológico del pensamiento neoclásico: La competencia perfecta como mito fundacional. **Cinta moebio**, n. 55, p. 96-105, 2016
- JONES, G.R.; GEORGE, J. M. **Essentials of contemporary management**. 6th Ed. New York: McGraw-Hill, 2015
- JUNG, C. G.; KÉRENYI, K. **Prolegomeni allo studio scientifico della mitologia**. Torino: Boringhieri, 1972.
- KANITZ, S. **A missão do administrador: administração como filosofia de vida**. São Paulo, 2015
- KERMALLY, S. **Management ideas in brief**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1997
- KIRKE; X. Debates on myth. In: KIRKE; X. **Hans Blumenberg: myth and significance in modern politics**, 2019, p.57-82

KNIGHTS, D. Organization theory in the age of deconstruction: dualism, gender and postmodernism revisited. **Organization Studies**, Vol 18, Issue 1, 1997, p.1-19

KOONTZ, H. (ed.) **Toward a unified theory of management**: a symposium held at the graduate school of business administration, University of California, Los Angeles, November 8 and 9, 1962. New York: McGraw-Hill, 1962

KOONTZ, H. The management theory jungle revisited. **The Academy of Management Review**, Vol. 5, No. 2, 1980, p.175-187

KOONTZ, H. The management theory jungle. **Journal of the Academy of Management**. Vol. 4, No. 3, 1961, p.174-188

KOONTZ, H.; WEHRICH, H. **Essentials of management**: an international and leadership perspective. 9th Ed. New York: McGraw-Hill, 2012

KREITNER, R. **Management**. 11th Ed. New York: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 2008

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5^a. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1970

LÄHDESMÄKI, T. Founding myths of EU Europe and the workings of power in the EU heritage and history initiatives. **European Journal of Cultural Studies**, 22(5–6), 781–798, 2019

LEACH, E. R. Genesis as myth. In: MIDDLETON, J. (Ed.). **Myth and cosmos**: readings in mythology and symbolism. Austin: University of Texas Press, 1967, p.1-14

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Myth and Meaning**. London: Routledge, 1978

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge: The MIT Press, 2018

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittenstein. 6^a. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

MAXIMIANO, A. **Introdução a administração**. 4^a. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

MASTELLA, A. S.; GODOI, C. K. O Pós-Modernismo na Literatura e nos Estudos Organizacionais: Manifestações e Características. **Economia & Gestão**, v. 17, n. 46, p. 80-102, 2017.

MAURIZIO, L. **Classical mythology in context**. Oxford: Oxford University Press, 2016

MCKENNA, C. Strategy followed structure: management consulting and the creation of a market for “strategy,” 1950–2000. KAHL, S.; SILVERMAN, B.; CUSUMANO, M. **History and Strategy**. Bingley: Emerald Group Publishing, 2012, p.153-186

MESSENBERG, D. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FEIXO, A (Orgs.) **Brasil em transe**: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p.25-49

MEINHART, W A. Management science and the teaching of management. **Management Science**, Vol. 15, No. 5, 1969, p. 305-310

MILLS, D. H. **The Hero and the Sea**: patterns of chaos in ancient myth. Wauconda: Bolchazy-Carducci Publishers, 2003

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000

MCGRATH, R. Management's three eras: A brief history. **Harvard Business Review**, July 30th, 2014. Disponível em: <https://hbr.org/2014/07/managements-three-eras-a-brief-history>. Acesso em: 14 de julho de 2019.

MYERS JR., L. One hundred years later: what would Frederick W. Taylor say? **International Journal of Business and Social Science**, Vol. 2, No. 20, 2011, p.8-11

MILLS, A.; NOVICEVIC, M. **Management and organizational history: a research overview**. New York: Routledge, 2020

MORGAN, G. **Imagens da organização**. 1^a ed. 12^a reimp. São Paulo: Atlas, 2007

MOTTA, F. **Teoria geral da administração: uma introdução**. São Paulo: Liv. Pioneira, 1974

NEVINS, J. **The evolution of the costumed avenger: the 4,000-year history of the superhero**. Denver: Praeger, 2017

ÓBUCINA, V. A War of Myths: Creation of the Founding Myth of Kosovo Albanians. **Contemporary Issues**, Vol. 4, No. 1, 2011, p.30-43

OLAVE, G. El eterno retorno de Marquetalia: sobre el mito fundacional de las Farc-EP. **Folios**, N. 37, 2013, p.149-166

OYAMA, T. **Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2020

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. **Repensando os estudos organizacionais: para uma nova teoria do conhecimento**. São Paulo: Editora FGV, 2016.

_____. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAES DE PAULA, A. P.; WOOD JR, T. Pop management: contos de paixão, lucro e poder. In: **II Encontro Nacional de Estudos Organizacionais**, 2002, Recife. II Encontro Nacional de Estudos Organizacionais. PROPAD/UFPE - ANPAD, 2002. p. 1-15

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2006

PINKER, Steven. **Enlightenment now: the case for reason, science, humanism, and progress**. New York: Viking, 2018

POLLARD, H. **Developments in management thought**. London: Heinemann, 1982

POSTGATE, N. **Bronze age bureaucracy: Writing and the Practice of Government in Assyria**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014

RASSAM, C. The management consultancy industry. In: SADLER, P. (Ed.). **Management consultancy: a handbook of best practice**. London: Kogan Page, 1998, p.3-30

REALE, G.; ANTISERI, G.. **História da filosofia: antiguidade e idade média**. Vol I. São Paulo: Paulus, 1990

REDFIELD, R. The art of social science. **American Journal of Sociology**, Vol. 54, No. 3, 1948, p. 181-190

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S.R.; HARDY,C; NORD,W.R.(Org.) **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo,Atlas, 2007, vol.1,p.61-98.

- ROCHA, I. E. “Taylorismo” antes de Taylor: o trabalho agrícola em Columela (séc.I d.C.). **Revista Archai**, n. 28, p.1-17, 2019
- ROBBINS, S.P.; COULTER, M. **Management**. 14th Ed. London: Pearson, 2018
- ROSENBERG, R. Our Fascination with superheroes. In: ROSENBERG, R. (Ed.). **Our superheroes, ourselves**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p.3-18
- RUGGLES, C. **Ancient astronomy: an encyclopedia of cosmologies and myth** Santa Barbara: ABC-Clio, 2005
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4^a. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989
- SAUNDERS, B. **Do the gods wear capes?** Spirituality, fantasy, and superheroes. New York: Continuum, 2013
- SCOTT, W. Richard. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 5th Ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003
- SEGAL, R.A. **Myth: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2004
- SEIDEL, A. **The Founding Myth: why christian nationalism is un-american**. Sterling, 2019
- SIM, S. **Post-truth, scepticism and power**. Cham: Palgrave MacMillan, 2019
- SILVA, B. **Taylor e Fayol**. 5^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- SPENDER, J. -C. Villain, victim or visionary?: The insights and flaws in F. W. Taylor's ideas. In: SPENDER, J. -C; KIJNE, H. J. (Ed.). **Scientific management: Frederick Winslow Taylor's gift to the world?** London: Kluwer Academic Publishers, 1996, p.1-32
- SPENGLER, J. J.; ALLEN, W. R. **El pensamiento económico de Aristóteles a Marshall**. Tecnos, 1971.
- STEWART, M. **The management myth: why the “experts” keep getting it wrong**. New York: W. W. Norton & Company, 2009
- SUNSTEIN, C. **#republic: divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017
- TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. 8^a ed. São Paulo: Atlas, 1995;
- TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. 3^a. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: UNESP, 2005.
- TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2006
- VALADARES, F. B.; MOURA, R. M. Internetês: neologismos gírios nas redes sociais. **Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 2, 2016, p. 179-198
- VASCONCELOS, M.; DOMINGUES, F.; CARRIERI, A. Concepções sobre ciência e saber na Administração: discussão teórica e análise do discurso de estudantes de doutorado. **Pensamento & Realidade**, v. 33, 2019, p. 110-128.
- WALTER, B.; WINKLER, C.; CRUBELLATE, J. O ideário taylorista, a gestão da subjetividade e o poder pastoral. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 1, p. 16-29, 2013
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: 1967

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999

WEBMAN, E. The evolution of a founding myth: the Nakba and its fluctuating meaning. In: LITVAK, M. (Ed.) **Palestinian collective memory and national identity**. New York: Palgrave MacMillan, 2009, p.27-46

WILLIAMS, C. New York: **MGMT**: 9 principles of management. Cengage Learning, 2017

WREGE, C., GREENWOOD, R. **Frederick W. Taylor, the father of scientific management**: myth and reality. Irwin Professional Pub, 1991

WREN, D.; GREENWOOD, R. **Management innovators**: the people and ideas that have shaped modern business. New York: Oxford University Press, 1998

WREN, D.; BEDEIAN, A. **The evolution of management thought**. 7th Ed. New Jersey: Wiley & Sons, 2017.